



O ESPECTRO DOS POPULISMOS

O ESPECTRO DOS POPULISMOS

ENSAIOS POLÍTICOS E HISTORIOGRÁFICOS

COORDENAÇÃO
Cecília Honório

TEXTOS DE
Boaventura de Sousa Santos
Cecília Honório
Fernando Rosas
Francisco Louçã
João Mineiro
José Manuel Pureza
José Manuel Sobral
Luís Trindade
Manuel Loff

LISBOA
TINTA-DA-CHINA
MMXVIII

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO <i>Cecília Honório e João Mineiro</i>	9
POPULISMO: ESQUERDA, DIREITA E DEMOLIBERALISMO <i>Cecília Honório</i>	13
FASCISMO E POPULISMO: ELEMENTOS PARA UMA REVISITAÇÃO HISTÓRICA <i>Fernando Rosas</i>	43
CRÍTICA DA CULTURA POLÍTICA DO SALAZARISMO <i>Luís Trindade</i>	67
O ANTIPOPULISMO REACIONÁRIO EM PORTUGAL: CONTRADIÇÕES E INTENÇÕES DOMÉSTICAS <i>Manuel Loff</i>	91
IDENTIDADES NACIONAIS, NACIONALISMO E PROCESSOS DE GLOBALIZAÇÃO NA CONJUNTURA PRESENTE <i>José Manuel Sobral</i>	121
AS MIGRAÇÕES COMO AMEAÇA: NEOPOPULISMO E ARQUITETURA GLOBAL DE CONTENÇÃO <i>José Manuel Pureza</i>	153
O TEMPO, AS REDES E O ESPETÁCULO DO POPULISMO <i>João Mineiro</i>	171
A MALDIÇÃO POPULISTA NA BOLA DE CRISTAL DO SÉCULO XXI <i>Francisco Louçã</i>	203
POPULISMO, DEMOCRACIA E INSURGÊNCIA <i>Entrevista a Boaventura de Sousa Santos</i>	235
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	253
NOTAS BIOGRÁFICAS	265

© 2018, Autores e Edições tinta-da-china, Lda.

Rua Francisco Ferrer, 6A
1500-461 Lisboa
Tels: 21 726 90 28/29/30
E-mail: info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

Nesta edição, respeitou-se a opção ortográfica de cada autor.

Título: *O Espectro dos Populismos: Ensaios políticos e historiográficos*
Coordenação: Cecília Honório
Autores: Boaventura de Sousa Santos, Cecília Honório, Fernando Rosas,
Francisco Louçã, João Mineiro, José Manuel Pureza, José Manuel Sobral,
Luís Trindade, Manuel Loff
Revisão: Inês Hugon
Composição: Tinta-da-china
Capa: Tinta-da-china (Vera Tavares)

1.ª edição: Agosto de 2018

ISBN 978-989-671-448-2
Depósito Legal n.º 444152/18

APRESENTAÇÃO

Há hoje um «espectro» que percorre o mundo: o espectro do populismo. Mas de que falamos quando falamos de populismo? O que é que o caracteriza de um ponto vista social, cultural e político? Como pode ser interpretado? Deve ser combatido? Se sim, como?

Têm faltado em Portugal trabalhos de análise sobre este importante fenómeno político, a sua história, as suas expressões e a sua atualidade. Ao mesmo tempo, termos como «populismo» e «populista» são diariamente convocados no espaço político, mediático e no senso comum, para classificar adversários políticos e as suas propostas.

A explosão de forças populistas pelo mundo, e a imprecisão e leviandade com que este termo tem sido usado no debate público, foram o pretexto para os autores deste livro se encontrarem num seminário, ocorrido no dia 1 de abril de 2017 na livraria Ler Devagar, em Lisboa, organizado pela cooperativa Cultra. As ideias que aí se ensaiaram foram debatidas e aprofundadas, dando origem às reflexões e argumentos que aqui se apresentam.

Neste livro faz-se um debate que, no campo democrático, é uma exigência. Analisa-se o conceito, a história e a política do(s) populismo(s), a sua relação com a ideologia, as limitações de qualquer teoria geral, o seu valor instrumental para o centro político e para a direita, a sua aplicação na retórica neoconservadora, mas também

as suas expressões entre a esquerda e os seus contextos geopolíticos.

Devolve-se o populismo à História, para evitar as tentações da transhistoricidade. Questiona-se o populismo fascista e a sua natureza, bem como o espaço dos fascismos, no passado e no presente, perante a ausência de movimento revolucionário. Discute-se a continuidade ideológica da direita portuguesa, o salazarismo como cultura política e a sua vocação para a anulação da política. Articula-se o populismo com o(s) nacionalismo(s), discutindo as evidências instaladas do esfarelar dos Estados-nações e do esvaziamento das soberanias nacionais, para avaliar a atualidade do nacionalismo.

O livro aprofunda a discussão sobre as relações que se podem estabelecer entre a política, a informação e as redes sociais na era da «pós-verdade», da mercantilização e precarização do jornalismo e da espetacularização da política. Debate-se igualmente o populismo no quadro da globalização e do consenso neoliberal, questionando-o como mundividência primária que sustenta políticas, práticas e discursos seletivos e discriminatórios da liberdade de circulação das pessoas.

Olhando para o mundo e para a Europa, não podemos ignorar o debate que se tem desenrolado, e que continuará, sobre o populismo no campo político da esquerda. Ele é reivindicado por largos setores políticos na América Latina, por vários setores do Podemos no espaço espanhol e até por Jean-Luc Mélenchon em França. É o populismo uma estratégia discursiva ou política útil à esquerda? Ou será necessário que esta dê corpo a uma política para a rejeição do populismo?

Terminamos o livro com uma entrevista a Boaventura de Sousa Santos, a quem agradecemos a possibilidade de proce-

der à sua publicação no nosso país. A entrevista «Populismo, democracia e insurgência» inclui contributos de extrema relevância para o debate, propondo uma análise «não populista» do «momento populista», distinguindo «política populista» de «política popular» e retomando a radicalização da democracia como exigência.

Pensar o populismo para o compreender e combater, foi o desafio a que nos propusemos neste livro. Nos próximos capítulos perceberão porquê.

Cecília Honório e João Mineiro

POPULISMO: ESQUERDA, DIREITA E DEMOLIBERALISMO

CECÍLIA HONÓRIO

A TOXICIDADE E A RECOMPOSIÇÃO DO «CENTRO VITAL»

O populismo é uma palavra tão parasitária, que arrisca devorar o que se propõe representar¹. Polissêmico, banalizado, o populismo tem-se mantido numa espécie de gelatina conceptual que — a par do neoliberalismo e da globalização capitalista — os *media* vêm legitimando desde a década de 1980.

Nem sempre o termo foi pejorativo, nem sempre os líderes políticos o rejeitaram — Le Pen e Haider proclamaram-se populistas, tal como o fazem alguns líderes da esquerda europeia atual.

Na procura da utilidade do conceito, há estudiosos reconhecidos e há comentadores que o usam como tribuna da sua verdade. Há novos fãs à esquerda, seduzidos pela metafísica política de Laclau, e os que o naturalizam à direita, antecipando possibilidades de reciclagem da direita «clássica» pela extrema-direita. Mas também há quem, como Michael Löwy², o classifique como «pseudoconceito», produtor de eufemismos e capaz de oportunismo ideológico, por permitir que o consenso neoliberal se higienize, limpando o que vê como lixo populista à sua esquerda e à sua direita.

Para compreender a utilidade atual do populismo, convém lembrar as décadas de auspício do «centro vital»,

como João Carlos Espada o evocou — antirrevolucionário, anti extrema-esquerda e extrema-direita, capaz de extirpar a um tempo comunismo e fascismo, com acrescida eficácia onde encontrou círculos uninominais (para acrescentarem distorção à representação e desenharem as maiorias úteis). A Guerra Fria desenhou esse «centro vital» como o espaço natural das democracias liberais do pós-guerra, o consenso neoliberal acrescentou-o com as suas evidências e exigências, desde a década de 1980. O balanço da sua hegemonia não é o da clarificação das escolhas entre esquerda e direita, mas a realidade única da alternância entre centro-direita e centro-esquerda, com ganhos para o centro e para a direita. Foi na diluição das fronteiras entre esquerda e direita, e pelas vozes que garantiram e garantem a inutilidade das mesmas, que o populismo ganhou espaço.

O espaço alarga-se com as crises e os seus excluídos, e com o esboroar de partidos da social-democracia. O «centro» pode ter sobressaltos, mas não baixa a guarda e recompõe-se, apontando o dedo aos «extremos» a esconjurando, onde esquerda e direita se misturam no mesmo caldo venenoso. «Agressivo», «virulento», «incivilizado», os adjetivos sobre o populismo multiplicam-se. É como se o populismo fosse autoevidente, quando não o é, e pudesse, ainda, ser desvalorizado como recurso ideológico, quando é tantas vezes «outro» num quadro de oposição política³.

Veja-se o caso de Portugal, onde a atual solução política de governo PS, com apoio parlamentar de BE e PCP, fez com que estes últimos fossem chamados de populistas por comentadores e órgãos de comunicação social. A academia também deu o seu contributo: a obra de José Filinto Pinto apresenta o índice de populismo autoritário para lhe atri-

buir, em Portugal, um peso de 20,5 por cento. Este peso é atribuído a partidos como o BE e a CDU, colocando Portugal no 11.º lugar dos países mais populistas da União Europeia⁴. O autor dá ao populismo em Portugal o mesmo peso que em França, mas à esquerda, e denuncia aqueles que não o conseguem perceber⁵.

Como recurso de realinhamento do centro, o populismo serve para limpar os «extremos», ainda que recorrendo aos mesmos ingredientes desses extremos, como mostram exemplos recentes. De facto, podem os refazedores do centro respirar de alívio com a vitória de Macron sobre Le Pen, fazendo de conta que ambas as candidaturas não comungaram da afirmação antissistema e de não serem nem de esquerda nem de direita. Sublinhe-se que, como recurso para furar o tampo dos partidos do sistema, o populismo serve-se da superação do eixo esquerda-direita, onde historicamente se colocam os partidos e o seu «orgulho ideológico»⁶, permitindo às suas formações apresentarem-se para além deles e das suas regras, expurgadas, portanto, da desconfiança crescente dos/as eleitores/as face aos eleitos.

Ao sinistro entendimento sobre o fim do eixo esquerda/direita, é preciso que a esquerda responda «presente», recuperando o seu «orgulho» e a sua história para olhar em frente. E, para se libertar da colonização do «centro vital», a esquerda precisa de enfrentar as palavras, um trabalho que é, também, político⁷.

A HISTÓRIA

Os populismos do século XIX russo e norte-americano tiveram componentes progressistas e emancipatórias. Agraristas e marcados pelo populismo romântico, a sua história é

FASCISMO E POPULISMO: ELEMENTOS PARA UMA REVISITAÇÃO HISTÓRICA

FERNANDO ROSAS

A PRIMEIRA CRISE DO SISTEMA LIBERAL

O processo da contrarrevolução enquanto movimento político, social e ideológico-cultural alternativo à ordem liberal europeia não nasce com o fascismo no pós-Primeira Guerra Mundial. Começa bem antes, nos finais do século XIX, como reação aos distúrbios da massificação da política (sindicatos, greves, partidos políticos operários, associativismo do trabalho...) induzida pela segunda revolução industrial: um proletariado industrial moderno, fabril, concentrado nos meios urbanos, vivendo em condições degradantes, crescentemente interventivo na defesa dos seus direitos e recetivo às novas ideias emancipatórias da classe, tido pelas elites possidentes como uma ameaça revolucionária, mortal, à ordem liberal-oligárquica estabelecida.

Mas a industrialização moderna e a sua progressiva fusão com a banca não geraram só esse antagonismo. Atrás das novas fábricas e atividades produtivas e financeiras vieram as companhias de seguros, a nova banca, as empresas comerciais, as escolas, os novos meios de transportes e comunicações, as emergentes profissões técnicas e os seus quadros e especialistas. Ou seja, nasceu uma pequena burguesia urbana de novo tipo, uma moderna «classe média»

com as suas aspirações sociais e políticas que, também ela, um pouco por todo o lado, se posicionou criticamente face à ordem oligárquica do liberalismo, não tanto num sentido revolucionário de subversão social e política, mas visando reformas democratizantes do liberalismo que de alguma forma abrissem espaço à sua afirmação hegemónica no sistema.

Esta ameaça dos «de baixo» e dos novos grupos intermédios emergentes conheceu historicamente, e de uma forma geral na Europa do início de século xx, dois tipos de respostas. A das elites dirigentes dos países de capitalismo avançado, no norte e noroeste da Europa, onde se tinham constituído movimentos operários sindical e politicamente mais fortes, foi a de ceder algum espaço político no sistema fechado e antidemocrático do liberalismo oligárquico: reconhecer a liberdade de associação e de expressão aos movimentos operários e sindicais, o direito mais ou menos condicionado à greve, o sufrágio universal masculino (em alguns países nórdicos até o feminino), e muito pouco no domínio social. Em suma, maior contenção social no quadro de algum reformismo sistémico.

Mas a resposta à «questão social» e à crise global do sistema liberal suscitou, sobretudo nos países ocidentais da periferia europeia (Portugal, Espanha, Itália) e até nas elites conservadoras de países como a França, reações de outro tipo. Uma parte da elite europeia, recuperando e reelaborando ideias antigas da velha reação contrarrevolucionária ao liberalismo e ao ideário da Revolução Francesa, desenvolve uma crítica de fundo ao sistema liberal e aos seus valores ideológicos e políticos, denuncia a sua decadência e impotência para responder às ameaças que então se levantavam contra a ordem social e desenterra uma espécie de

utopia de regresso ao Antigo Regime, baseada num nacionalismo organicista e de feição corporativista, assumidamente antidemocrático, antiparlamentar, antissocialista e autoritário, de cunho fortemente elitista: «Manda quem pode, obedece quem deve.» É uma reação crescentemente atrativa para as classes dominantes dos países periféricos, dependentes, endividados, com taxas de lucro decrescentes, ameaçadas pela agitação social, sem margem de manobra para outras políticas defensoras da ordem estabelecida que não fossem soluções «fortes» do tipo que a contrarrevolução antiliberal e antissocialista oferecia, pelo menos como enunciado doutrinal. Sobre quem as levasse à prática, sobre a violência sem quartel contra os inimigos e as resistências, haveria que esperar pelas novas condições políticas surgidas no rescaldo da Grande Guerra.

A direita contrarrevolucionária na Europa ocidental e católica (o Integralismo Lusitano e a direita católica, em Portugal; o carlismo, em Espanha; a Action Française e derivados, em França; a Associação Nacionalista Italiana) estava claramente definida programaticamente e atuante no campo da política e da luta de ideias antes da Primeira Guerra Mundial. E terá, nas convulsões pós-bélicas, um papel central para a atração das direitas liberais conservadoras com vista às alianças com os movimentos fascistas para a tomada do poder e a emergência dos regimes ditatoriais de novo tipo. Essa é a ameaça «dos de cima» sobre os sistemas liberais do ocidente, sobretudo nos países periféricos. Entalados entre a negação subversiva crescente das direitas contrarrevolucionárias e a agitação social anticapitalista, eles vivem crises de legitimidade política incontornáveis, dificuldades económicas estruturais e mudanças essenciais no paradigma

CRÍTICA DA CULTURA POLÍTICA DO SALAZARISMO

LUÍS TRINDADE

NACIONALISMO PORTUGUÊS

O nacionalismo português não é, à partida, particularmente interessante. A ausência das glórias e ameaças que cobriram outras nações europeias contemporâneas remeteu os traços mais marcantes do seu imaginário para a esfera do simbólico, do espiritual, ou mesmo do implícito, isto é, daquilo que se oferece tão naturalmente que não precisa sequer de ser nomeado. As mais velhas fronteiras da Europa ou uma certa moderação de costumes remetem para coisas permanentes, senão mesmo estáticas, e não tanto para façanhas épicas e conquistas dominadoras. Mesmo quando o poder colonial lhe deu a oportunidade da violência e do massacre, a narrativa do nacionalismo dos portugueses conseguiu transformar o império em missão evangelizadora (ou aventura literária) e o colonialismo em miscigenação. Claro que todas estas coisas são construções que negociam um lugar no mundo e que a modéstia da narrativa é parte da modéstia da posição. Mas quando essa narrativa consegue usar as fragilidades do país como argumento para o seu caráter único, ou mesmo para sua superioridade entre as outras nações europeias, algo no argumento de um nacionalismo tão desinteressante torna-se, subitamente, muito mais digno da nossa atenção.

Na sua forma contemporânea — construído pela cultura literária do século XIX e massificado pela cultura de massa do século XX — o nacionalismo português conta uma história imaterial: da «reconquista» à expansão ultramarina, a missão de Portugal tinha sido o catolicismo; quando, a partir do século XVI, as grandes potências imperiais europeias corromperam a evangelização que os portugueses espalharam pelo mundo com a exploração das suas colónias e o desenvolvimento mercantilista e industrial, Portugal parece manter-se à margem do efeito corruptor do capitalismo; finalmente, no século XX, e muito em particular quando o salazarismo sistematiza esta narrativa em ideologia e formatos audiovisuais, o país surge como um oásis onde o atraso é lido como autenticidade e a pobreza como virtude, uma alternativa, ou melhor, um guia espiritual para o mundo materialista caído no caos da crise do capitalismo, dos excessos do fascismo e da ameaça comunista de entre as duas guerras.

A aura messiânica com que o Portugal dos intelectuais e poetas nacionalistas das primeiras décadas do século XX se apresenta como modelo para os países mais desenvolvidos não esconde uma ansiedade com o progresso, ou até uma repressão do impulso modernizador e da temporalidade moderna. Nesse sentido, no sentido do seu irrealismo, trata-se de um imaginário que procura ocultar não só aquela pobreza e atraso, mas na realidade qualquer aspiração ao desenvolvimento económico e à transformação social. Mas talvez seja esta a melhor forma de entendermos o significado do salazarismo, como uma negociação entre a modesta realidade material do país e a exuberante grandeza do seu passado e missão espiritual¹. O salazarismo, neste sentido, como uma espécie de materialização política do nacionalismo português coevo, faz a ges-

tão das realidades e a poupança da modernidade. O facto de a sua propaganda nos fazer hoje sorrir pela ingenuidade bucólica não a torna menos importante. Pelo contrário, é no próprio desfasamento entre a imagem ideal do nacionalismo salazarista e a situação da sociedade portuguesa do início do século XX que devemos procurar a eficácia daquele, bem como a explicação para a longa duração do regime que criou.

O SALAZARISMO COMO CULTURA POLÍTICA

E, no entanto, esta duração — os 48 anos de autoritarismo bem no meio do século XX — é em si mesma um problema. Porque isto a que até aqui tratei como imaginário do nacionalismo ou ideologia salazarista parece não coincidir exactamente com a periodização do Estado Novo. Em termos historiográficos, trata-se, antes de mais, de um problema cronológico. Objetos vagos como *imaginários* e *ideologias* exigem formas de periodização mais fluidas do que aquelas que demarcam regimes políticos, com as suas claras datas de início e fim. Neste sentido, talvez seja necessário estender ainda mais o que já parece excessivamente longo. Ou seja, apesar de os 48 anos da ditadura nos parecerem um excesso, poder-se-á sugerir que o salazarismo conseguiu excedê-los ainda mais, de modo que à pergunta recorrente *por que durou tanto o Estado Novo* se poderia opor uma outra, bem mais inquietante, que questione antes *por que tem durado tanto o salazarismo*.

Salazarismo, no sentido em que gostaria de o tratar aqui, não é, portanto, exactamente igual ao regime liderado, na sua maior parte, por António de Oliveira Salazar. Nem é tão-pouco o pensamento e ação do líder autoritário, uma espécie de análise da sua vida e obra.

O ANTIPOPULISMO REACIONÁRIO EM PORTUGAL: CONTRADIÇÕES E INTENÇÕES DOMÉSTICAS

MANUEL LOFF

«Um dos mitos da política nacional diz que em Portugal não há populismo. Não há Trump, não há Frente Nacional e não há Farage. Mas há o PCP, há o BE e há António Costa. Em Portugal, o populismo está no poder.»¹ Poucas sínteses melhores do que esta poderíamos encontrar para a nova retórica neoconservadora portuguesa que usa o conceito de *populismo* no debate político. O *populismo* a que se faz referência na opinião publicada por um amplíssimo setor do universo político e mediático português — que cobre tudo, desde uma zona central da social-democracia encarnada pelo PS (que poderíamos designar por social-liberalismo) até à direita conservadora, mais ou menos confessional, assumidamente reacionária em todas as grandes questões de sociedade (propriedade e modelo económico, relações de trabalho e papel do Estado, identidade e papel social do género, da etnia) — é uma pura construção retórica e pretende representar um conjunto de atitudes, movimentos e reivindicações que incluem, à esquerda, aqueles que não se autorrepresentam como populistas e muito menos aceitam partilhar com o populismo de extrema-direita alguma coisa de fundamental.

Quase 40 anos depois do arranque da grande ofensiva antissocial do thatcherismo, 30 depois da implosão do

sistema soviético e da ampliação do espaço de atuação das relações de poder capitalista à ex-URSS, aos seus antigos aliados na Europa centro-oriental e às economias asiáticas (China, Mongólia, Vietname, Laos) e africanas que durante algumas décadas haviam estado organizadas em torno de objetivos de tipo socialista, a crise das economias financeirizadas desencadeada no fim de 2007 suscitou o primeiro grande movimento social à escala internacional de reação ao neocapitalismo global e ao seu novo estádio austeritário que pode ter significado, até ao momento histórico que vivemos, o ponto de regressão mais profunda das conquistas sociais, quer no campo das relações de trabalho, quer no da emancipação de todas as formas de dominação (neo)colonial. Esse movimento social (melhor será utilizar sempre o plural) é tão diverso quanto diversos são os contextos nacionais/regionais em que emerge, as formas de organização (maioritariamente inorgânicas) e até mesmo os discursos e os valores políticos explicitados, mas, depois de décadas de refluxo quase permanente (com algumas exceções significativas de vários casos à escala nacional, ou no caso especial do movimento planetário contra a invasão do Iraque, em 2002-03), os gestores do neocapitalismo global têm, finalmente, o que recear. Os partidários do regresso à aplicação plena da ortodoxia económica liberal produziram os consensos de Washington² e, à escala específica europeia, de Copenhaga³, nos quais se cristalizaram as novas definições liberais de *democracia* consensualizadas no imediato pós-Guerra Fria. A reconfiguração dos sistemas de poder político para os adequar a este consenso neoliberal produziu as chamadas «democracias consociativas»⁴ — quer aquelas em que são tradição os governos de *bloco central* ou de *grande colli-*

gação (Áustria, Holanda, Bélgica, Suíça, Alemanha, ou, noutro contexto, Brasil, entre vários outros), quer aquelas (as mais numerosas) em que, evitando-se coligações formais dos grandes partidos *mainstream*, estes partilham o essencial das políticas económicas prescritas pelo Consenso de Washington; em todos os casos, a fronteira esquerda/direita esbateu-se entre os partidos da rotação governamental —, que, afinal, não passam de uma adaptação ao século XXI dos sistemas liberais que conhecíamos no século XIX, primeiras décadas do século XX e, em muitos países da Europa ocidental e das Américas, já nos anos 50 e 60.

Aqueles que desde os anos 80 vêm insistindo no fim (ou na perda de sentido) da contraposição *esquerda e direita* são precisamente os mesmos que a entendem superada pela consensualização das políticas económicas liberais, isto é, pela adoção destas por parte da social-democracia. A muito evidente viragem liberal que esta assumiu, convergindo em grande parte com as políticas económicas do *thatcherismo*, foi determinante na imposição de uma globalização da desregulamentação, das privatizações, da precarização do trabalho. A sua responsabilidade foi central na construção (e ainda hoje na gestão) da Europa do euro e da União Económica e Monetária. Agora que a crise da social-democracia se tornou evidente e que partidos históricos desta área parecem estar em crise definitiva, tanto no sul como no norte da Europa, mas também na América Latina ou na Índia, continua a faltar, por exemplo, uma reflexão autocrítica do papel da social-democracia ao longo dos 20 anos que separam Maastricht (1992) do Tratado Orçamental (2012) e dos cinco últimos que trouxeram derrotas tão impressionantes quanto as sofridas na Alemanha (2009 e 2013), na Grécia (2012 e

IDENTIDADES NACIONAIS, NACIONALISMO E PROCESSOS DE GLOBALIZAÇÃO NA CONJUNTURA PRESENTE¹

JOSÉ MANUEL SOBRAL

A GLOBALIZAÇÃO, OS ESTADOS-NAÇÕES E O NACIONALISMO NO PRESENTE

Vamos tentar recuar há umas décadas — sem grande precisão, há uns 20 ou 30 anos — ao início de um certo tempo de otimismo, que foi para Portugal o dos anos subsequentes à integração na União Europeia (UE), caracterizados pelo crescimento económico, a que o impacto da crise financeira de 2008 terá posto termo². Foram tempos marcados pela aceleração da mobilidade internacional, facilitada pelo enfraquecimento das barreiras à circulação e mesmo pelo desaparecimento posterior destas, como sucedeu no caso dos países europeus do Espaço Schengen. Esta circulação exprimia-se tanto nas migrações massivas do sul para o norte, como nas deslocações de uma elite de gestores que acompanhou o crescimento das multinacionais, enquanto o florescimento dos meios de comunicação digital punha fim à insularidade de espaços e culturas locais. Os próprios académicos começaram a viver um período de movimentação sem precedente, estudando e lecionando fora do país natal, experiência que não será estranha ao favor com que muitos terão aceitado a ideia de se ter entrado numa época «pós-nacional». O mundo

dos Estados-nações pertenceria ao passado. A sua soberania estaria a esfarelar-se, dado o peso das entidades internacionais em que se haviam integrado, como a UE ou a NATO, e o nacionalismo, a ideia de que a cada coletivo nacional devia corresponder um Estado próprio, e de que a nação era uma comunidade preeminente a que se devia uma lealdade inquestionável, estaria em vias de extinção³. Se não era este o discurso dominante, era pelo menos muito influente, pese embora o anúncio do fim à vista do nacionalismo ou da soberania nacional coincidir com a irrupção de fortes movimentos nacionalistas e o surgimento de novos estados nacionais, que acompanharam o desmantelamento de complexos multinacionais como a URSS e a Jugoslávia⁴.

A representação do Estados-nações e do nacionalismo como algo do passado articula-se com uma narrativa ainda hoje influente, embora submetida a uma crítica crescente, que se nutre de eventos muito recentes, como a crise na UE e a eleição presidencial norte-americana. Nesta narrativa, a globalização é encarada de um modo positivo, numa perspectiva aberta ao internacionalismo, em que as migrações são vistas como o sinal de uma cultura aberta, caracterizada por múltiplas identidades, e não apenas pela que se encontra ligada ao Estado-nação. Tende a ver com otimismo instituições como a UE, que protegeria pequenos países, e, mesmo reconhecendo que houve uma deslocação da produção industrial para a Ásia que afetou a indústria do chamado «velho mundo», defende que a liberalização do comércio beneficia globalmente produtores e consumidores⁵.

Quem olha agora para as muralhas físicas e outros tipos de obstáculos à livre circulação que se estão a erguer entre países da UE para impedir a circulação de refugiados e imigrantes, vê

que vivemos num mundo bem diferente do que o da antevisão de uma Europa sem barreiras.

É um facto indubitável que muitas soberanias nacionais enfraqueceram, quer por força do poder das grandes empresas transnacionais, quer devido ao facto de se terem inserido em grandes organizações, como a NATO ou a UE, que assumiram competências outrora monopolizadas pelo poder de Estado. Todavia, a situação da soberania nacional de cada Estado, mesmo no contexto europeu, está longe de ser homogénea. Há Estados que foram perdendo claramente soberania ao longo não só de décadas, mas de séculos, muito antes de se pensar na construção europeia. Portugal é um desses Estados. Nunca foi um poder importante em termos europeus, mas o seu império obscurecia essa realidade, sustentando ilusões nacionalistas de grandeza.

Mas não ocorreu o mesmo com outros Estados da União Europeia, incomparavelmente mais fortes em termos demográficos, económicos e militares. O Estado alemão, em particular, dispõe hoje de um poder inteiramente nos antípodas da sua situação no fim da Segunda Guerra Mundial, quando teve de se confrontar com a ocupação, divisão, ruína financeira — de que apenas saiu com o perdão da sua dívida — e um estigma moral horrendo decorrente das práticas de extermínio racista do Terceiro Reich. A sua vontade política impôs-se na conjuntura de crise da dívida que afetou sobremaneira os países da orla sul da zona euro, com o apoio de outro dos grandes Estados do núcleo europeu, a França, interessado em beneficiar, por «egoísmo nacional», de taxas de juro extremamente baixas, enquanto sucedia exatamente o oposto com países como a Grécia, Itália, Espanha e Portugal⁶. O exercício ostensivo desse poder, acompanhado da formulação de

AS MIGRAÇÕES COMO AMEAÇA: NEOPOPULISMO E ARQUITETURA GLOBAL DE CONTENÇÃO

JOSÉ MANUEL PUREZA

O DESLIZAMENTO

SEMÂNTICO DO POPULISMO

À polissemia do conceito de populismo há muito diagnosticada junta-se nos nossos dias o seu «deslizamento semântico» estrategicamente pensado e operado. Os ensaios de arrumação tipológica do(s) populismo(s)¹, na sua assinalável variedade, sugerem que o conteúdo concreto das políticas referenciadas àquela palavra tem vindo a sofrer mudanças determinadas em grande parte pelo contexto. Só assim se compreenderá a recondução de experiências históricas e políticas tão diversas como o poujadismo francês, o People's Party norte americano, o peronismo ou a atual rotulagem de movimentos e expressões políticas no quadro da hegemonia neoliberal a uma mesma referência dita populista. Será certamente detetável nessa heterogeneidade de experiências algo em comum, que Pierre-André Taguieff sintetizou do seguinte modo: «um estilo político fundado no apelo ao povo assim como no culto e defesa do povo, compatível em princípio com todas as grandes ideologias políticas»².

Num olhar mais exigente, o que sobressai é a expressão da participação política das massas populares como fenómeno novo nas democracias burguesas no dealbar do século xx,

como marca da reestruturação da ordem capitalista internacional em curso nesse momento histórico. Gino Germani³ refere-se assim ao populismo como um tipo específico de movimento social e político provocado por uma desordem assíncrona gerada no processo de transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade industrial. Numa lógica próxima da deste autor, Octavio Ianni, centrando-se nas experiências latino-americanas do varguismo brasileiro, do cardenismo no México ou da Ação Democrática na Venezuela, haveria de referir-se ao populismo como «a procura de uma combinação entre as tendências do sistema social e as determinações da dependência económica»⁴. Neste contexto, Ianni coloca o populismo latino-americano como uma resposta à crise do Estado oligárquico e das formas de dominação tradicional das respetivas elites terratenentes autoritárias e, como tal, como uma expressão politicamente determinada da contradição entre a anterior estrutura oligárquica e as novas relações de classe, resultantes das dinâmicas de urbanização, imigração externa e interna, industrialização e terciarização num quadro de condição periférica no sistema-mundo.

Esta aceção do populismo — a defesa de um mercado nacional nos países periféricos por um Estado empenhado em combinar a satisfação dos interesses de acumulação das novas burguesias locais com políticas de redistribuição favoráveis às classes populares — deixou uma marca profunda na significação do conceito. Ora, é esse lastro redistributivo de suporte a um *quantum* de coesão social favorecedor da solidez de sistemas produtivos e de mercados nacionais — ou seja, é essa centralidade de um contrato social ambicioso de escala nacional para as periferias do sistema-mundo — que

está a ser submetido a uma «reformulação conservadora» que «procura associá-lo exclusivamente a cenários de desastre político e de instabilidade económica, além de o tentar reduzir a um fenómeno exclusivamente determinado por lideranças demagógicas e corruptas»⁵. O que resulta dessa reformulação conservadora é a redução da palavra populismo a um mero insulto, um enunciado ideológico encobridor, usado para confundir sofisticadamente o oponente⁶. Nas palavras deste autor, «agora, populismo significa qualquer medida ou movimento social ou político que se opõe à tendência de globalização tal como a descreve a teoria básica do Consenso de Washington, que justifica a privatização dos bens públicos dos Estados periféricos, a abertura dos seus mercados aos produtos do capital do centro e que se nega a conferir prioridade às exigências, às necessidades da grande maioria da população, empobrecida pelas políticas adotadas pelas ditaduras militares (até aproximadamente 1984) e ampliadas posteriormente pelas decisões de reformas estruturais em cumprimento dos critérios de uma economia neoliberal». Tudo quanto se afigure como acolhimento de políticas macroeconómicas expansivas que recorrem ao financiamento deficitário e/ou ao controlo do mercado para obter crescimento e redistribuição do rendimento será, nesta nova semântica tática, referenciado como populismo económico, integrante da constelação populista mais vasta.

Quando não o reduz a mero dispositivo de desqualificação de políticas ou de argumentos, a reconstrução conceptual conservadora do populismo reconfigura-o como uma ideologia simplista, assente numa visão primariamente dicotómica da sociedade, entre um povo romantizado como puro e uma elite demonizada como corrupta⁷. Este neopopulismo⁸

O TEMPO, AS REDES E O ESPETÁCULO DO POPULISMO

JOÃO MINEIRO

RÉQUIEM PELO FUTURO?

Estávamos em março de 2017, no Teatro da Politécnica, em Lisboa¹. Um conjunto de seis jovens atores e atrizes já se encontravam no palco, olhando o público que entrava expectante na sala, para assistir à peça *Vocês Que Habitam o Tempo*, a partir de um texto de Valère Novarina com o mesmo nome. Encenada por António Guedes, a peça oferecia-nos um desafio. Sem um enredo estruturado, uma história cronológica ou personagens estáveis, os atores e atrizes propunham que entrássemos num outro lugar: aquele onde a linguagem não é apresentada como instrumento do ser humano para um determinado fim, mas antes como a sua própria matéria, a sua própria potência. Ouvíamos palavras, frases, discursos, sons, independente do seu sentido instrumental.

Uma das figuras representadas, a *criança das cinzas*, logo no seu primeiro monólogo, apropria-se desta «linguagem enquanto potência humana», para nos mostrar que a ideia de tempo, na sua linguagem, não se coaduna com as fronteiras rígidas que marcam o «passado», o «presente» e o «futuro». Em vez disso, a personagem mostra-nos como, para si, «dezasseis são os tempos quando ainda é tempo: o presente longínquo, o futuro avançado, o inativo presente, o desativo passado, o passado posterior, o pior que passado,

o jamais possível, o futuro acabado, o passado terminado, o possível anterior, o futuro posterior, o mais que perdido, o mais que perdido, o acabativo, o atentadativo».

O tempo aparece aqui como um lugar e um objeto cujas fronteiras a linguagem procura desafiar. Esta ideia fez-me pensar se também nós, no tempo que vivemos, não sentimos algo semelhante a essa criança de cinzas. Será que habitamos, hoje, uma amálgama de tempos em que a linearidade perdeu o sentido? Vivemos em «passados presentes»? Em «futuros passados»? Num tempo em que o «passado é um país estrangeiro»?³ Ou será que «o futuro é para sempre», frase marcada a *stencil* no muro da FCSH-UNL e que a antropóloga Paula Godinho usou para título de um livro⁵ que analisa as práticas possíveis a partir das quais os seres humanos delineiam futuros em situações mudança?

A percepção do tempo não é linear. Talvez por isso, nos nossos dias, seja mais complexa a conhecida frase de Orwell, segundo a qual, quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado. Já não é necessário apenas controlar o passado para controlar o futuro, porque a própria ideia do futuro como campo dos possíveis, do improvável, do que está por construir, foi profundamente corroída quando ruiu também a ideia de progresso, que Oscar Wilde entendia como a realização sucessiva das utopias.

Mesmo a própria ideia de utopia parece hoje mais facilmente substituída pelo que Zygmunt Bauman estampou no seu último livro antes de falecer: a ideia de *retrotopia*⁶. Isto é, hoje não só os amanhãs já não cantam, como a imaginação do futuro parece bastante menos desejável que a ideia de regresso ao passado.

O futuro é uma imagem de risco mais perturbadora do que Ulrich Beck podia prever quando, em 1992, publicou o seu *Sociedade de Risco*⁷. Esse imaginário vai ganhando corpo em múltiplos campos. Na teoria social, veja-se, por exemplo, a leitura feita por Slavoj Žižek em *Vivendo no Fim dos Tempos*⁸, onde disserta sobre os quatro cavaleiros do apocalipse da humanidade: a crise ecológica; as consequências da revolução biogenética; os desequilíbrios do próprio sistema relacionados, por exemplo, com os problemas de propriedade intelectual ou a luta por matérias-primas; e o aumento das desigualdades, divisões e exclusões sociais.

Fora da teoria, olhemos, apenas a título de exemplo, para o campo da produção cinematográfica e televisiva, e facilmente percebemos como essas narrativas vão ganhando forma. Veja-se o sucesso de uma série como *Black Mirror* que, sob múltiplas formas, ficciona sobre os mais diversos riscos associados ao desenvolvimento tecnológico para a vida social e humana; ou tomemos como exemplo os mais variados filmes — de *Matrix* (1999) a *Children of Men* (2006), do *The Terminator* (1986) ao *The Road* (2009), passando por filmes de animação como *WALL•E* (2008) — que nos últimos anos produziram imagens e narrativas sobre o fim do mundo, as ameaças à espécie humana e ao planeta. O futuro ausente colonizou os imaginários ao ponto de que, sempre que ligamos o televisor ou vamos ao cinema, como escrevia há uns anos atrás o crítico Fredric Jameson, parecer ser mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo⁹.

Em certo sentido, a ideologia do fim da história, *wishful thinking* liberal da década de 1990, colonizou e contaminou os imaginários, as nossas próprias categorias de percepção,

A MALDIÇÃO POPULISTA NA BOLA DE CRISTAL DO SÉCULO XXI

FRANCISCO LOUÇÃ

INTRODUÇÃO:

A CORRUPÇÃO TERMINOLÓGICA

O termo *populismo*, adiante grafado sem itálico e assumido como parte da linguagem corrente, é um exemplo de promiscuidade conceptual. O modo como se utiliza e tira partido dessa promiscuidade é bem demonstrativo do poder inerente à capacidade de distinguir, de separar, de exorcizar — ou do poder no seu sentido mais estrito. O ataque ao populismo é, como se verá, uma síndrome e não uma doutrina¹, ao passo que o populismo é também, ele próprio, uma imagem, mais do que um conceito.

O termo tem sido usado para classificar movimentos historicamente diversos, mas que seriam resumidos a um humor comum, a uma atitude litigante contra a ordem vigente: por exemplo, os Cartistas no Reino Unido no século XIX, os *narodnik* no Império Czarista ou o Partido Popular representando os pequenos proprietários rurais nos EUA no final do século XIX. Antes deles, seriam populistas os milenaristas de Thomas Munzer no século XVI, na Alemanha, ou os *diggers* no século XVII, em Inglaterra. Seriam populistas os movimentos nacionalistas ou anti-imperialistas na América Latina da década de 1930 à de 1960, entrando nessa categoria o

peronismo e o castrismo, ou mais recentemente o lulismo e o chavismo.

Da mesma forma, o termo tem sido aplicado a pessoas tão diferentes como Pujade e Le Pen, Gandhi e Perón, Musso-
lini e Nyerere, Nasser e Samora Machel, Ataturk e Berlusconi, Chávez e Wilders, Lafontaine e Bolívar, Iglesias e Modi, Pepe Mujica e Evo Morales, Erdogan e Orbán, Ross Perot e Huey Long, Trump e Bernie Sanders. Nalguns casos, os protagonistas desta classificação reclamavam-se de facto do populismo: foi o que aconteceu com Jimmy Carter ou, antes dele, com George Wallace. Noutros casos, a terminologia era diferente, mas o «capitalismo popular» de Thatcher não será também uma instância desta lista de populismos?

Em todo o caso, na maior parte dos exemplos aqui elencados, a classificação resulta da intenção de provocar uma exclusão e é, na maior parte dos casos, puramente ideológica, se não posterior ao exercício do poder ou intervenção pública destas personagens.

O mesmo se pode dizer da classificação de partidos como populistas em diferentes contextos nacionais: é o que tem sido atribuído ao PRI mexicano, ao Ba'hat em vários países do Médio Oriente, ao Cinco Estrelas e à Liga Norte em Itália, ao Sinn Fein na Irlanda, a movimentos como o Occupy Wall Street ou o Tea Party nos EUA, ao UKIP e à corrente de Jeremy Corbyn no Partido Trabalhista britânico, ao FPO na Áustria ou ao Podemos em Espanha, e mesmo a partidos que estiveram ou estão no governo, como a Alianza Nazionale de Fini em Itália, a UDC na Suíça, o Partido dos Autênticos Finlandeses e o Fidesz de Victor Orbán na Hungria.

Nenhuma destas listagens tem coerência e é mesmo impossível encontrar algum critério que as conjugue. Nuns

casos são partidos de base popular, mobilizada contra as elites, noutros são partidos incrustados no aparelho de Estado; nuns casos são movimentos de protesto contra a ordem social, noutros são de imposição da dominação social pré-existente; nuns casos favorecem a representação eleitoral, noutros procuram dispensar as urnas. O mesmo se dirá das personalidades atrás designadas.

Por outras palavras, a medir pelo seu catálogo, o populismo é um conceito de significados múltiplos ou contraditórios e a sua única consistência é a forma de atribuição: é uma designação adversarial que, portanto, esclarece mais sobre quem designa do que sobre o seu objeto. A prática social que aqui merece escrutínio é a designação, o apontar. Aliás, a perplexidade sobre este «significado flutuante» surge desde as primeiras reflexões acerca do conceito: Richard Hofstadter, um distinto historiador de Colúmbia, afirmava, numa Conferência na London School of Economics, em 1967, que «toda a gente fala de populismo, mas ninguém o consegue definir»². Por isso, Boaventura Sousa Santos escreveu recentemente que «mais do que uma realidade política, [o termo populismo] é hoje um dispositivo ideológico posto a serviço da nomeação conflitual dessa realidade»³.

Ora, esta ambiguidade discursiva é em si própria reveladora de um curso banal do choque político. A linguagem conflitual, naturalmente, faz parte de um modo de criação ou de demarcação de campos, que é a forma comum de enunciado político identitário. Para mais, se considerarmos os regimes fragilizados pela globalização, ou os partidos desvanecentes em alguns dos países dominantes, então percebe-se por que razão abunda a linguagem adversarial e o uso intensivo da comunicação, preenchendo o vazio da

POPULISMO, DEMOCRACIA E INSURGÊNCIA*

ENTREVISTA A BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS

Podemos talvez dizer, parafraseando Karl Marx, que um novo espectro atravessa hoje a Europa. De esquerda ou de direita, o populismo é o protagonista indubitável da discussão política contemporânea. A crise das democracias representativas abre efetivamente, também na velha Europa, uma modalidade do político que o século XX conheceu sobretudo na América do Sul. Qual é a sua posição sobre este fenómeno?

É preciso definir o que é o populismo, o que não é tarefa fácil, dada a diversidade dos contextos e dos fenómenos políticos que o conceito tem sido chamado a caracterizar. Em geral, o populismo invoca a ideia de uma construção de subjectividades e modos de actuação política hostis à mediação das instituições da democracia representativa, por vezes indiferentes ou até mesmo hostis à distinção entre esquerda e direita que tem caracterizado a representação política, mediante apelos a uma ampla convergência de interesses e expectativas de maiorias excluídas ou ameaçadas de exclusão por parte de inimigos internos ou externos. A fixação nos

* Entrevista conduzida por Francesco Biagi e Gianfranco Ferraro, «Populismo, utopia e forme politiche del presente», publicada em Itália pela revista *Il Ponte*, Florença, ano LXXII, n.º 8-9, ago.-set. 2016, pp. 212-222.

inimigos radicaliza a vontade política transformadora contra o *statu quo* e confere um carácter identitário à polarização entre nós e eles. O populismo tende a privilegiar a participação em detrimento da representação, a ter uma vocação anti-elitista, ainda que, por vezes, delegada num líder ou até num Estado em que se deposita afectivamente a esperança de melhores dias. Devido à sua crítica das mediações institucionais, o populismo tem uma vocação anti-institucional ou pós-institucional; tende a expressar-se sob a forma de mobilizações massivas intensas e fugazes, em que a denúncia política prevalece sobre a formulação de alternativas políticas.

O populismo é uma ideia política extremamente ambígua. A primeira ambiguidade é originária e reside na própria noção de povo, que, sobretudo depois da Revolução Francesa, tanto designa a parte oprimida do conjunto das classes e grupos sociais que coexistem no mesmo espaço geopolítico, como o conjunto de todas as classes e grupos. O povo pode ser classe, nação, identidade etnocultural, massa amorfa à espera de ser um sujeito político, princípio fundador da subjectividade política, enquanto sede do poder soberano. A segunda ambiguidade reside em que a vocação anti-sistémica que anima o populismo pode ser assumida por instituições (partidos políticos), que não podem existir fora do sistema, e até pelo próprio Estado, que preside ao «sistema». O apelo à reforma profunda do sistema não resolve a ambiguidade, apenas a desloca para a discussão dos princípios e mecanismos específicos da reforma. A terceira ambiguidade consiste em que a polaridade entre esquerda e direita, por vezes expulsa pela porta, entra pela janela sob a forma do populismo de esquerda e populismo de direita. Por último, a relação do populismo com a democracia também

é ambígua. Se, por um lado, a crítica da representação implica um apelo à participação e, portanto, à democratização da democracia, por outro lado, a intensificação da participação pode ter por objectivo excluir dos benefícios da democracia e da deliberação democrática grupos sociais muito significativos, sejam eles os habitantes dos países menos desenvolvidos da Europa ou os imigrantes e solicitadores de asilo político.

Perante tanta ambiguidade, o populismo, mais que uma realidade política, é hoje um dispositivo ideológico posto ao serviço da nomeação conflitual dessa realidade. Como qualquer outro dispositivo ideológico, a sua utilização beneficia quem tem mais poder e recursos para definir ideologicamente uma dada realidade política. No contexto europeu actual, esse poder está concentrado nas forças sociais e políticas que pretendem impor o consenso repressivo neoliberal de Bruxelas. Por isso tende a ser etiquetado como populismo tudo o que resista a esse consenso. A resistência tanto pode vir da esquerda como da direita, mas, devido à correlação de forças, a etiqueta populista estigmatiza sobretudo as forças de esquerda. Quando a direita é declarada populista ou se autodeclara populista, tal não lhe causa dano de maior e até a pode beneficiar. A direita nacionalista partilha com o consenso de Bruxelas mais do que se pode imaginar: pretende impor a nível nacional o mesmo autoritarismo excludente, burocrático, antidemocrático; apenas quer ser ela a impô-lo, e não o fazer a mando de Bruxelas. Quando a esquerda é declarada populista, o objectivo é retirar-lhe a legitimidade democrática para resistir ao consenso repressivo neoliberal e para propor uma alternativa credível. É certo que, por vezes, a esquerda europeia tem recorrido a alguns elementos

NOTAS BIOGRÁFICAS

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS (n. 1940)

Doutorado em Sociologia do Direito pela Universidade de Yale (1973), professor catedrático jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e distinguished legal scholar da Universidade de Wisconsin-Madison. É director do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e coordenador científico do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa. Dirige atualmente o projeto de investigação «ALICE — Espelhos estranhos, lições imprevistas: definindo para a Europa um novo modo de partilhar as experiências do mundo». Publicou em português, entre dezenas de outras obras, *A Díficil Democracia. Reinventar as esquerdas* (São Paulo: Boitempo, 2016), *As Bifurcações da Ordem. Revolução, cidade, campo e indignação* (Coimbra: Almedina, 2017) e *Pneumatóforo. Escritos políticos, 1981-2018* (Coimbra: Almedina, 2018).

CECÍLIA HONÓRIO (n. 1962)

Professora de História e investigadora, doutorada em História das Ideias Políticas, deputada (1999-2015). O seu livro mais recente é *Mulheres contra a Ditadura*, tendo publicado outras obras, nomeadamente, e em coautoria, *Os Donos de Portugal*.

FERNANDO ROSAS (n. 1946)

Professor catedrático jubilado de História Contemporânea e investigador do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa.

FRANCISCO LOUÇÃ (n. 1956)

Professor catedrático de Economia na Universidade de Lisboa, foi deputado (1999-2013) e é conselheiro de Estado. Publicou recentemente *Segurança Social*, com vários coautores; *Isto é Um Assalto e A Dividadura*, com Mariana Mortágua; *A Solução Novo Escudo*, com João Ferreira do Amaral; *As Classes Populares*, com João Teixeira Lopes e Lígia Ferro; e *Sombras: A desordem financeira na Era da Globalização*, com Michael Ash.

JOÃO MINEIRO (n. 1992)

Investigador. Licenciado e mestre em Sociologia pelo ISCTE-IUL, é atualmente doutorando em Antropologia, com bolsa de doutoramento FCT no CRIA-IUL. Participou em equipas de investigação na Universidade de Lisboa, na Universidade Nova de Lisboa e no ISCTE-IUL. Entre outros temas, tem investigado políticas de ensino superior, praxes académicas, Estado e instituições políticas, desigualdades e classes sociais, sendo autor de mais de uma dezena de títulos, entre artigos, livros e relatórios científicos.

JOSÉ MANUEL PUREZA (n. 1958)

Professor catedrático de Relações Internacionais na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, investigador do Centro de Estudos Sociais da mesma Faculdade, deputado e vice-presidente da Assembleia da República. É autor, entre outros, de *Linhas Vermelhas. Crítica da crise-cómo-política* (2015), *Desobedecer à União Europeia* (2016).

JOSÉ MANUEL SOBRAL (n. 1952)

Investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, diretor da revista *Análise Social*. Foi presidente da Associação Portuguesa de Antropologia. Entre as suas publicações mais recentes, encontram-se os livros: com J. Vala, *Identidade Nacional, Inclusão e Exclusão Social* (2010); *Portugal, Portugueses: Uma identidade nacional* (2012); com N. Domingos e H.G. West, *Food between the Country and the City: Ethnographies of a changing global foodscape* (2014); com M.C. Silva, *Etnicidade, Nacionalismo e Racismo: Migrações, minorias étnicas e contextos escolares* (2015).

LUÍS TRINDADE (n. 1971)

Ensina História e Cultura Portuguesas em Birkbeck, Universidade de Londres. O seu livro mais recente, *Narratives in Motion. Journalism and modernist events in 1920s Portugal*, foi publicado pela Berghahn Books em 2016. Publicou também livros e artigos sobre as histórias do nacionalismo, do marxismo e da cultura de massa em Portugal no século xx. Desde 2015, desenvolve um projeto financiado pela FCT sobre a cultura audiovisual portuguesa de 1950 a 1990.

MANUEL LOFF (n. 1965)

Doutor em História e Civilização pelo Instituto Universitário Europeu (Florença), é professor associado de História Contemporânea no Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e investigador no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. É autor, entre outros, de «O Nosso Século é Fascista!» *O mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)* (Porto: Campo das Letras, 2008) e, recentemente, em coordenação com Filipe Piedade e Luciana Castro Soutelo, *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas da memória* (Coimbra: Editorial Almedina, 2014). É colaborador regular do jornal *Público* e comentador na RTP.

O ESPECTRO DOS POPULISMOS

foi composto em caracteres
Hoefler Text e impresso na
Guide — Artes Gráficas, Lda.,
sobre papel CoralBook
de 90 g, em Agosto de 2018.